

MEMORIAS
ECONOMICAS
DA
ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
DE LISBOA,
PARA O ADIANTAMENTO
DA
AGRICULTURA, DAS ARTES,
E DA INDUSTRIA EM PORTUGAL,
E SUAS CONQUISTAS.

Nisi utile est quod facimus, stultitia gloria.

TOMO I

*Produção intelectual e a cultura da utilidade:
o primeiro tomo das Memórias Econômicas da
Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789*

Igor Endlich Dourado

Resumo: Este artigo propõe analisar o pensamento português dentro do primeiro Tomo das Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa, explicitando a valorização de um saber de caráter utilitário, voltado à produção de memórias que contribuiriam para a evolução econômica de Portugal e suas colônias. Buscaremos mapear dentro das memórias citadas os principais assuntos mostrando então o principal foco dos intelectuais portugueses neste período.

INTRODUÇÃO

Através da Ilustração europeia no século XVIII a educação é valorizada, pois de acordo com Boto, “Se o movimento iluminista destaca-se pela proeminência que oferece ao primado da razão humana, é pelo signo da educação que se dará o engendramento dessa racionalidade matricial.” (BOTO, 2010, p. 1). Neste contexto de valorização da educação, varias academias são criadas pela Europa, entre elas a Real Academia de Sciencias de Lisboa. Tais academias eram “congregações do saber e nelas encontravam-se os homens notáveis prontos a auxiliarem os governos em questões de ciência e técnica, assim como na economia, meteorologia, solos, climas, faunas e floras” (CARVALHO, 1981, p. 11).

Dentro desse processo, houve uma racionalização das práticas econômicas e administrativas, com isso o principal foco das memórias publicadas nas Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa é a evolução econômica do Reino e de suas colônias, para que assim houvesse menor dependência dos países estrangeiros. Conforme destaca Ângela Domingues (2001, p. 824):

Cientistas e funcionários criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista conhecer de forma mais aprofundada e precisa os seus domínios na Europa, Ásia, África e, sobretudo, na América, ou seja, reconhecer os limites físicos dessa soberania, bem como as potencialidades econômicas do território administrado.

A VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL

De fato, desde o reinado de D. José I (1750-1777) as reformas empreendidas sob a batuta de Pombal apontam para a crescente preocupação com a produção de conhecimentos que fossem úteis à economia portuguesa. Nas reformas pombalinas “O ensino aparecia, assim, como peça fundamental da promoção da pública prosperidade - e da conseqüente superação dos obstáculos ao “progresso” do Reino -, refletindo um projeto mais amplo que unia saber, poder e transformação das estruturas vigentes” (SILVA, 2003, p. 12). Com isso percebemos que a intenção da valorização da educação não era apenas a criação de “intelectuais de academia”, mas sim de intelectuais que ajudassem na manutenção da administração Real, percorrendo e realizando pesquisas em todos os domínios portugueses.

A Real Academia de Sciencias de Lisboa é criada neste contexto, porém já dentro do período Mariano, entretanto os principais nomes fundadores da Academia são fruto da Universidade de Coimbra, que ganhou forças dentro do período Pombalino. Entre suas contribuições merecem destaque a instituição de prêmios a trabalhos apresentados mediante a proposta de problemas a serem solucionados dentro dos eixos estruturantes e a publicação de memórias selecionadas a partir de pesquisas dos acadêmicos colaboradores. Tais publicações parecem integradas ao foco central da Academia de Lisboa: “realizar um movimento intelectual que promovesse o Estado e

sua economia, além de instruir o povo e assim retirar os portugueses de um isolamento filosófico, pedagógico e científico de muito tempo” (MUNTEAL FILHO, 1993, p. 183-184).

Vemos também que grande parte dos escritores das memórias publicadas pela Academia, trabalhava para a burocracia estatal, exerciam papel de fiscalizadores dos domínios Reais, e em alguns casos até ocupando o cargo de Governador provincial.

O UTILITARISMO PRESENTE NO PRIMEIRO TOMO PUBLICADO

Analisando o primeiro Tomo publicado das Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1789 vemos claramente o foco utilitarista das produções, traduzidos pelo intenso debate acerca da valorização da agricultura e das fábricas nacionais, para que estas se sobreponham as estrangeiras, diminuindo assim a necessidade da importação de produtos.

De modo geral, os conteúdos impressos revelam uma ciência atrelada a interesses estatais e pátrios. Como pontua Ronald Raminelli (2008, p.203): “A ciência e a economia agiam como agentes estatais no processo de centralização política e controle do território – reino e ultramar. Fora deste âmbito, os cientistas não sobreviveriam, dependentes de recursos indispensáveis à execução de experimentos.” Nesse sentido, a divulgação científica esteve conjugada à atuação política e aos seus projetos de transformação do país, possuía caráter eminentemente prático.

O primeiro Tomo foi publicado no ano de 1789, dentro dele encontramos nove memórias correspondentes à agricultura, quatro sobre indústrias, duas sobre mineração, duas sobre a população e cinco sobre os territórios portugueses. Portanto vemos que o principal interesse da coroa neste ano era a expansão da agricultura em seus domínios, deixando claro o caráter utilitarista das produções.

Em vários trechos dele o caráter utilitarista está explícito. Um dos principais objetivos dos autores quando se tratava da agricultura, era simplificar ao máximo o processo de plantio e colheita, a fim de aumentar cada vez mais a produção, como podemos ver no trecho a seguir, na Memória Sobre o Algodão, Sua Cultura e sua Fábrica, do Padre João de Loureiro.

E porque é tão útil, deve-se procurar facilitar mais a sua cultura, e a sua fabrica, com o conhecimento dos meios que para isso ha, e que ainda são ignorados em muitas partes. As coisas mais úteis aos homens são ordinariamente as mais comuns, não as mais raras. (TOMO 1, 1789, p.38-39)

Um dos focos na agricultura também era sobre a necessidade da produção agrária de Portugal ser autossuficiente, com intuito de eliminar os gastos com importação, este aumento deveria acon-

tecer principalmente nas províncias mais distantes da capital, como vemos no Racional discurso sobre a agricultura e a população da província de Além-Tejo e em Memória Sobre as Produções Naturais do Reino, e das conquistas, primeiras matérias de diferentes Fabricas, ou Manufaturas.

Que no Reinado de El Rei D. Fernando vinham buscar frutos a Portugal as mesmas Nações, ás quais nós os compramos no presente tempo. Se este Reino experimenta hoje menor abundancia, não devemos atribuir esta falta á mudança dos tempos, nem á diferente fertilidade do terreno; mas sim ao cuidado, e negligencia com que o Reino se cultiva. (TOMO 1, 1789, p.43)

[...] Quanto é prejudicial perder a utilidade do trabalho das próprias Produções naturais, vendendo-as aos estrangeiros, para depois compra-las manufaturadas. (TOMO 1, 1789, p.224)

Ainda sobre a necessidade da produção portuguesa se sobressair a estrangeira, vemos na Memória sobre a antiga fabrica de Pedra Hume, da Ilha de S. Miguel, que os autores também tinham essa visão sobre a construção e reativação de fábricas no território do Reino.

A conveniência, e utilidade na ereção, ou restabelecimento destas fábricas parecem certas, e evidentes, porque além de pouparmos dez, ou doze mil cruzados, que anualmente nos levam os Estrangeiros na importação que nos fazem destes minerais, nos lhos levaríamos a eles com grande vantagem nossa. (TOMO 1, 1789, p.303)

Outra necessidade que frequentemente era pedida pelos autores era o abrandamento e modernização das leis, para que houvesse maior possibilidade de exploração das terras, como vemos em:

A Portugal não faltam excelentes Leis Agrárias, mas raríssimas são as que se executam. Estas poderiam servir de base para formar-se um Código Rural, ajuntando, porém algumas outras, que faltam, e modificando, e abolindo outras inúteis. (TOMO 1, 1789, p.173)

É verdade que os obstáculos, que nascem da legislação, são os primeiros, que se devem emendar, quando se trata de promover eficazmente o adiantamento da Agricultura. (TOMO 1, 1789, p.356)

Já ao final do Tomo, existe um foco maior na correção dos erros cometidos por agricultores, que devem ser corrigidos para o maior alcance e melhor produção no Reino.

É certo também, que se deviam reputar como causas principais do seu abatimento o descrédito, e pouca estima dos Lavradores: o sistema militar atual, que vai muitas vezes arrancar ao Lavrador o seu filho destinado para a lavoura (TOMO 1, 1789, p.356)

Posto isto, entendemos que o foco das pesquisas se restringiam a temas que pudessem, de alguma forma, alavancar a produção e a economia do império. Esse caráter utilitarista está presente em todas as memórias publicadas, comprovando a mudança do pensamento português e também do europeu ao longo do século da Ilustração. Essa mudança de pensamento, assim como a mudança de estrutura e de comportamento dentro do meio acadêmico, também é objeto central de análise da presente pesquisa.

CONCLUSÃO

Vemos então que o principal foco da publicação das Memórias era o aumento da valorização da produção, principalmente agrônômica, do território português, com intuito de que Portugal voltasse a ser uma potência na Europa, “cargo” este que havia sido tomado principalmente pela Inglaterra. O intuito dos acadêmicos que escreveram as memórias era ensinar aos agricultores ou até a Coroa, o jeito certo de investir nas terras, para que a produção fosse elevada e conseqüentemente houvesse diminuição na dependência das importações de produtos.

REFERÊNCIAS

- BOTO, Carlota, A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. *Revista Brasileira de Educação* [en linea] 2010, 15 (Mayo-Agosto): Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27518764006>> ISSN 1413-2478, Acesso em 11 de Agosto de 2017.
- CARVALHO, Rômulo. *A actividade pedagógica da Academia de Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1981.
- DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *Hist. cienc. saúde* [online]. 2001, vol.8
- Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal (1789)*, Vol.1. Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.
- MUNTEAL, F. O. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808)*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- SILVA, A. R. C. . *A formação do homem público no Portugal setecentista: 1750-1777*. Intellèctus (UERJ) , UERJ, Rio de Janeiro, v. 2, 2003.